**Projeto de Lei nº de 2007.
(Do Senhor Neilton Mulim)**

Dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

O Congresso nacional Decreta:

Art. 1º. Esta lei dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995.

Art. 2º O inciso IV do art. 1º da lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

**.....
IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, bem como os aposentados por invalidez, diretamente ou por intermédio do seu representante legal.”NR**

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei vem trazer a discussão a situação do portador de deficiência para que fique isento de tributação, deixando de pagar: IPI na aquisição de veículo automotor para uso próprio.

Essa medida será de inestimável benefício social a uma parcela da sociedade, discriminada por suas limitações, incapaz de continuar a trabalhar, estudar ou negociar, isto é, impossibilitado de exercer em plenitude seus direitos e outras garantias constitucionais.

Os beneficiários desta medida são aposentados por invalidez, subsistindo com recursos escassos, impedidos de atuar no mercado de trabalho por serem portadores de moléstias graves, crônicas, infecto contagiosas e progressiva, tais como: Aids, Câncer, Cardiopatia, Nefropatia, Doenças Psiquiátricas, que necessitam de tratamento médico continuado, uso contínuo de medicação, alimentação especial, bem como o acompanhamento permanente de pessoas, para sua assistência e auxílio em suas limitações.

Essas pessoas são brasileiras, que possuem Direitos Constitucionais, patriotas, honestas, idôneas, mas que adoeceram e tornaram-se inválidas de forma definitiva, irreversível e inconfundível. São pessoas que precisam de apoio e, se possível, verem seus direitos respeitados.

Essa medida encontra amparo na própria Constituição, que diz que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-

se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

“I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

O Princípio da isonomia presente neste Diploma legal, que constitui o cerne dos direitos individuais e assegura a igualdade entre os cidadãos brasileiros, é amplamente desprezado. Quando foi criada uma Lei, que discrimina cidadãos brasileiros, dando a uns uma condição e retirando-a de outros, que portam problemas idênticos, mas que se manifestam de formas diferentes, porém, limita, condiciona impede, mutila e restringe seu portador a terem uma condição de igualdade perante uma pessoa saudável.

Essas Leis foram criadas para vender automóvel a taxistas e cooperativas, onde foram inseridos alguns tipos de deficiências, que necessitam de automóveis modificados. Toda Lei deve ser criada para beneficiar PESSOAS e não bens específicos.

O texto da Lei discrimina pessoas que, embora sejam portadoras de necessidades especiais, não possuam deformidade física ou ausência de membros. Os doentes crônicos são tão deficientes quanto os que não possuem um membro (Ex.: amputados, paralisados ou deformados). Se a Previdência Social reconhece e aposenta, se este doente crônico tem passe livre, isenção de Imposto de Renda, Lei 7.713, de 22/12/88; 8.541, de 23/12/92; 9.250, de 26/12/95), justo seria isentar, e nos termos Constitucionais trazer essa previsão a estas pessoas que não podem mais suprir para si, ou sua família, o maior bem, que é a SAÚDE.

Temos certeza que o nobres Pares irão aperfeiçoar esta proposição durante a sua tramitação e, ao final, com sua aprovação, faremos justiça social.

Sala das Sessões, em de de 2007.

**Deputado Neilton Mulim
PR-RJ**